

**PROCESSO Nº 32839/2022**

**EDITAL**  
**CHAMADA PÚBLICA 003/2022**

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, através da Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei 11.947, nas Resoluções CD/FNDE nº 26/2013 e nº 04/2015, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar **CHAMADA PÚBLICA**, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e nº 02 – PROPOSTA e PROJETO DE VENDAS **até o dia 12 de setembro de 2022, às 10hs**, na Superintendência de Compras, Licitações e Contratos, situado à Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar, Centro, Nesta, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto o cadastramento de grupos formais e informais de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais e suas organizações (cooperativas e/ou associações), para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo da alimentação escolar nas escolas da rede municipal de ensino, conforme Anexos.

1.1.1. Todas as despesas decorrentes de fretes, impostos e taxas, correrão por conta da licitante vencedora.

**1.2. TABELA DE PREÇOS MÉDIOS DE PESQUISA DE MERCADO.**

				Valor	
Nº	Unid	Quant	Descrição	Unitário R\$	Total R\$
01	Kg	2.100	Arroz parboilizado, tipo 01, grãos inteiros e sem sujidades, livre de umidade. Embalagem de 01kg em polietileno atóxico, acondicionado em fardos com 06 pacotes. Validade mínima de 01 ano a partir da data de entrega.	4,44	9.324,00
02	Kg	7.500	Feijão preto tipo 01, novo, de primeira qualidade, sem a presença de grãos e ou carunchados. Embalagem de 01kg em filme flexível de polipropileno transparente. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega.	7,61	57.075,00

## **2. DA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar desta Chamada Pública os Grupos Formais e Informais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em cooperativas e/ou associações, detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP -Jurídica), conforme a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e que atendam a todas as exigências constantes deste Edital.

## **3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

Os envelopes deverão ser apresentados em dois invólucros, a saber:

### **DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA**

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e a proposta e Projeto de Vendas também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicado no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, na Superintendência de Compras, Licitações e Contratos, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 466, CEP 96200-380 Centro, Nesta, com os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**INVÓLUCRO Nº 01: CHAMADA PÚBLICA 003/2022**  
**PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO**  
**PREPARO DE MERENDA ESCOLAR.**  
**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**PROPONENTE:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**INVÓLUCRO Nº 02: CHAMADA PÚBLICA 003/2022**  
**PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO**  
**PREPARO DE MERENDA ESCOLAR.**  
**PROPOSTA E PROJETO DE VENDA**  
**PROPONENTE:**

## **4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

### **a) GRUPOS FORMAIS**

#### **4.1. HABILITAÇÃO JURIDICA**

4.1.1. Cópia do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, devidamente Registrados na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica.

#### **4.2. HABILITAÇÃO FISCAL**

4.2.1. Alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal da Jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante.

4.2.2. Certificado de Regularidade com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

4.2.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, na jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante.

4.2.4. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

4.2.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

4.2.6. Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP Jurídica), para associações e/ou cooperativas, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias.

4.2.7. Alvará de vigilância sanitária, quando forem ofertados produtos que sejam submetidos ao controle e fiscalização sanitária, nos termos da lei 9.782/99, e demais instrumentos legais que regulem o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

### **4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA**

4.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta.

### **4.4. DECLARAÇÕES:**

4.4.1. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

4.4.2. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal.

4.4.3. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados; e

4.4.4. Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados.

### **b) GRUPOS INFORMAIS**

4.5. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

4.6. Extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

4.7. O Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;

4.8. Alvará de vigilância sanitária, quando forem ofertados produtos que sejam submetidos ao controle e fiscalização sanitária, nos termos da lei 9.782/99, e demais instrumentos legais que regulem o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

#### **4.9 DECLARAÇÕES**

4.9.1. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

4.9.2. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal.

4.9.3. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados.

#### **4.10. AUTENTICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE**

4.10.1 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em uma única via:

- a) em original (não serão devolvidos);
- b) por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo (a) Pregoeiro ou por membro da Comissão;
- c) ou publicação em órgão da imprensa oficial;
- d) vedada sua apresentação através de cópia produzida via fax ou cópia ilegível;
- e) os documentos que forem emitidos via Internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites.

4.10.2. É vedada a apresentação de documentos através de cópia ilegível. Os documentos que forem emitidos via Internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites.

4.11. Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para o recebimento dos envelopes, deste Edital.

4.12. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital.

## **5. DA PROPOSTA (PROJETO DE VENDA)**

As propostas deverão ser apresentadas da seguinte maneira:

5.1. Proposta comercial indicando o valor unitário e total, por item, em algarismos, de forma clara e precisa, assinada pelo licitante ou seu representante legal, sem emendas e rasuras, Anexo I.

5.2. Deverá acompanhar a Proposta o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar (Anexo II).

5.2.1. Será obrigatório o preenchimento do Campo IV do Projeto de Vendas Anexo II.

5.2.2. O não cumprimento do Item 5.2.1. acarretará em desclassificação.

## **6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO**

### **6.1. DO RECEBIMENTO**

6.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos na Superintendência de Compras, Licitações e Contratos, na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 466, CEP 96200-380 Centro, Nesta, sendo que após a data e hora mencionadas no Preâmbulo deste, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

### **6.2. DA ABERTURA**

6.2.1. A Comissão de Licitação fará a abertura dos envelopes no dia 12 de setembro de 2022, às 10hs, bem como a avaliação e aprovação da documentação apresentada e propostas.

6.2.2. Declarados os vencedores habilitados, qualquer participante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias corridos** para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais participantes, desde logo, intimadas a apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, mediante solicitação oficial.

6.2.3. A falta de manifestação imediata e motivada do participante quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

6.2.4. Os recursos devem ser encaminhados a Superintendência de Compras, Licitações e Contratos, na forma e nos prazos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, sendo anexado(s) ao processo de licitação.

### **6.5. DO JULGAMENTO**

Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

6.5.1 Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- a) o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos;
- b) o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País;
- c) o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País;

6.5.2 Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- a) os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
- b) os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

6.5.3 Caso não se obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos nos 6.5.1 e 6.5.2.

6.5.4 Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

6.5.5. Não serão recebidas documentações e projeto de vendas fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.5.6. Na definição dos preços para a aquisição dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais, a Comissão Julgadora considerará os Preços de Referência (preço médio) pesquisados em âmbito local.

## **6.6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

6.6.1. Serão consideradas as propostas classificadas, que preencham as condições fixadas nesta Chamada Pública.

6.6.2. Cada grupo de fornecedores deverá, obrigatoriamente, ofertar sua quantidade de alimentos, com preço unitário apresentado pela Administração, observando as condições fixadas nesta Chamada Pública.

## **7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

7.1. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas no SCLC, até o terceiro dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

7.2. Fazem parte integrante deste Edital, os seguintes elementos:

Anexo I - Modelo de Proposta;

Anexo II - Projeto de venda;

Anexo III – Termo de referência e cronograma de Entrega;

Anexo IV - Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;

Anexo V - Declaração de não emprego de menor;

Anexo VI - Declaração de não emprego de funcionário Público;

Anexo VII - Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

Anexo VIII - Minuta de Contrato.

7.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

7.4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

7.5. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

7.6. O Foro competente para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 17 de agosto de 2022.

Deivid Moraes Mendes  
Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações.  
Superintendência de Compras, Licitações e Contratos